

ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às oito horas e trinta minutos, em segunda chamada, à XI Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede da Casa dos Conselhos Municipais de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação com a participação da presidente Sílvia Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Camila de Oliveira, Alex de Almeida, Marcos Paulo, Bárbara Haynes, Milene Lima e Patrícia Viríssimo. A reunião iniciou com as boas vindas da presidente do Conselho Municipal de Educação (CME), Sílvia Lira, que solicitou à Vice-presidente a leitura da ata da última Reunião do Pleno realizada no dia 11 de novembro. Ata lida e aprovada pelos conselheiros presentes. Em seguida, o Conselho recebeu a representação da SEJIN, através da Superintendente e Conselheira Camila Maia e do Assessor de Controle Interno Diego Caixeiro, para uma introdução da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de 2025. Diego recupera a fundamentação do Fundo; motivos e razões; conceitos; orçamento; despesas gerais e vinculadas; e obrigações constitucionais e infraconstitucionais. O Fundo foi instituído pela Lei Municipal nº4298, de 04 de março de 2024; pelo Decreto Regulamentador nº13732, de 13 de setembro de 2024; Lei Municipal nº4479, de 23 de maio de 2025; Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 69; Constituição Federal, Artigo 212. Além da legislação evidenciada, o Fundo foi resultado de uma ação ajuizada pelo MPRJ através de um Termo de Ajuste de Conduta - TAC - celebrado e publicou o Decreto Municipal que instituiu o Grupo de Trabalho. O responsável do Fundo é o Presidente, na figura do Secretário de Educação, e as Receitas são oriundas do FUNDEB, dos Royalties da exploração do petróleo e gás natural e das fontes resultantes de transferências governamentais. As despesas gerais do ensino, custeadas com recursos do FME, giraram em torno da folha de pagamento; benefícios dos servidores (vale alimentação e vale transporte); Cartão Educação; Avaliações do Ensino; Merenda Escolar; Aluguel de Imóveis; Bienal do Livro; Programa Revitaliza Escola; Investimento em Tecnologia Educacional. Diego ressalta que as despesas com o CEDERJ e com Secretaria Executiva de Juventude não estão inseridas nas despesas do Fundo. Estão vinculadas à gestão 20. A Merenda Escolar e o Transporte Escolar são exemplos de gestão compartilhada entre o município e o PNAE e o PNATE. Esses últimos programas são repassados para o município via gestão 20. O total de despesas empenhado até novembro de 2025 é de R\$421.815.221,65. O FUNDEB, em 2025, teve como despesa empenhada o valor de R\$180.045.527,53 e, segundo Diego, estima-se usar 100% desse valor para custear a folha de pagamento. As despesas vinculadas às receitas resultantes de impostos ficaram por conta da folha de pagamento; dos benefícios dos servidores; da merenda escolar; do Cartão de Educação; do Programa Revitaliza Escola; Climatização das Unidades Educacionais; Obras - construção e ampliação; investimento em Tecnologia Educacional; Transporte Escolar; Serviço de Limpeza; manutenção e Conservação de Escolas; manutenção da Secretaria; Manutenção das Unidades Educacionais; Compra e material de insumos; Compra de materiais permanentes. Já as despesas vinculadas às receitas dos Royalties, 75% Educação,

observam-se gastos com Folha de Pagamento; Avaliações de Ensino; Merenda Escolar; Aluguel de imóveis; Bienal do livro; Programa Revitaliza Escola; Investimento em Tecnologia Educacional; Transporte Escolar; Serviço de limpeza; Manutenção e Conservação das Escolas; manutenção da Secretaria; Manutenção das Unidades Educacionais; Compra de Insumos e de Material permanente. Diego esclarece o conceito de despesa empenhada, que é a despesa firmada em contrato, com destinação orçamentária certa para uma determinada despesa. Diego faz alusão às obrigatoriedades constitucionais e infraconstitucionais de acordo com o cumprimento da legislação. A Superintendente Camila Maia explica que toda essa apresentação é um recorte importante sobre o trabalho conduzido pela Secretaria de Educação e se coloca à disposição para dirimir as dúvidas dos conselheiros. A conselheira Patrícia pergunta sobre a falta de funcionários nas escolas e a preocupação em relação ao orçamento no contexto da ausência do repasse do DECLAN para o município. Camila Maia afirma que já estão sendo providenciadas ações da Secretaria de Educação, junto à Secretaria de Articulação e Modernização, para resolver a questão de pessoal para 2026. Patrícia, ainda, pergunta sobre a possibilidade rateio/abono do FUNDEB em 2025. Diego explica que o 1º ano do pagamento do FUNDEB foi usado com valores de 100% do FUNDEB; o segundo ano já foi pago com parte do FUNDEB e parte da Prefeitura. Esse ano a previsão é que toda verba do FUNDEB de 2025 esteja destinada ao pagamento da folha de pagamento e que, hoje, não há informações sobre o rateio/abono e que a ausência da DECLAN em 2025 pode dificultar esse pagamento, diferentemente do que aconteceu nos últimos anos. Patrícia pergunta sobre a verba dos Royalties, como verba variável, se pode ser destinada para pagamento de servidores da educação. Se sim, qual seria o percentual a ser destinado, uma vez que a legislação prevê que os Royalties seriam destinados ao investimento na Educação Infantil. Diego explica que os Royalties podem, sim, complementar as despesas com o uso de financiamento da educação de acordo com as legislações. Em relação ao percentual, seriam 75% para a Educação e 25% para a Saúde. Diego traz a informação de que consta, no PPA 2026, a previsão para uso da verba dos Royalties, embasados na previsão de gastos do FUNDEB e realizando um diagnóstico das tendências para o próximo ano. Esse foi um ano atípico no sentido do uso dos Royalties para complementar a folha de pagamento. Geralmente, essa verba é usada para contratação de serviços. Mas, devido ao contexto de ausência de repasse do DECLAN, foi necessário destinar o excesso dos Royalties para a folha de pagamento a fim de garantir os salários dos servidores da educação. Alex chama a atenção para o montante das despesas com a contratação de firmas terceirizadas para a execução de serviços nas escolas. Enfatiza que o ideal seria suprir essas demandas com pessoal concursado. Sobre a Prestação de Contas do Conselho Municipal de Educação em 2025, Camila apresentou os gastos contínuos com aluguel; internet; manutenção geral; energia elétrica; prestação de serviços; insumos e pessoal. Já os gastos eventuais ficaram com passagens aéreas; hospedagem; medalhas; transporte e material gráfico. O orçamento previsto para 2025 foi de R\$255.000,00 e o orçamento executado, até novembro, foi de R\$235.111,58. Sílvia agradece a disponibilidade da Camila e de Diego em introduzir a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Educação em dezembro para que os conselheiros tenham uma previsão do montante das despesas executadas em 2025. Sílvia aproveita o ensejo para fazer um resumo do Congresso da UNCME em que esteve, nos últimos dias 26, 27 e 28 de novembro, com a participação de Walquíria Pereira, Presidente da CACS FUNDEB. Em seguida, passamos para a apresentação do Relatório CMEAR do 2º semestre de 2025. Em relação às Medalhas Professoras Ana Maris de Figueiredo Ribeiro e Valéria dos Santos Rodrigues, Sílvia avaliou que esse evento poderia acontecer no 1º semestre do ano, uma vez que esse período é mais tranquilo para as unidades de ensino. Alex fala da importância da divulgação antecipada, por parte da Secretaria de Comunicação da Prefeitura, através do Instagram, das Medalhas Ana Maris e Valéria. A conselheira Bárbara solicita que o Conselho Municipal de Educação faça uma mediação

com a Secretaria de Educação no intuito de informar outras Secretarias, como a Saúde, por exemplo, da inauguração de uma nova instituição de ensino. O conselheiro Alex traz a informação sobre a construção de um modelo de curso de formação sobre Turismo de Base Comunitária, com a parceria do Colégio Pedro II, no território quilombola. Alex fala da importância da construção de um cronograma bem organizado para 2026 por ser um ano eleitoral, com muitos feriados e com eleição de novos conselheiros para o mandato 2027-2030. Sílvia ressaltou a participação do CME no Comitê que trata do Plano Municipal para a Primeira Infância para monitoramento e avaliação. A vice-presidente Mariana Máximo, fala a respeito do processo 002/2024/CME, do CEIM Point Kid's de Jacuecanga, sobre autorização de funcionamento. Mariana Máximo faz a leitura do Parecer CMEAR 005/2025 e destaca que a unidade já entregou todos os documentos necessários e que a visita técnica em *locus* já foi realizada. Parecer aprovado pelo conselho pleno. Mariana Máximo ressalta que irá proceder com os trâmites para a publicação da portaria de autorização de funcionamento em Boletim Oficial. Após as considerações finais, a presidente do CMEAR, Sílvia Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Mariana Máximo, encerro esta ata. Ata lida e aprovada na XI Reunião Ordinária do Conselho Pleno de nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco.